



Revista de Saúde Pública

ISSN: 0034-8910

revsp@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Bastos, João Luiz; Gonçalves, Helen; Faerstein, Eduardo; Barros, Alúcio JD
Experiências de discriminação entre universitários do Rio de Janeiro
Revista de Saúde Pública, vol. 44, núm. 1, febrero, 2010, pp. 28-38
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240183003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

João Luiz Bastos^I

Helen Gonçalves^I

Eduardo Faerstein^{II}

Aluísio JD Barros^I

Experiências de discriminação entre universitários do Rio de Janeiro

Experiences of discrimination among university students in the city of Rio de Janeiro

RESUMO

OBJETIVO: Compreender experiências de discriminação vividas por jovens universitários e analisar sua aplicação à construção de escala brasileira de discriminação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: Estudo qualitativo realizado com cinco grupos focais com 43 universitários do Rio de Janeiro, RJ, em 2008. Foram selecionados estudantes de cursos com distintas relações candidato/vaga, de ambos os sexos e autoclassificados nas categorias de cor/raça branca, parda e preta de duas instituições de ensino público superior. Foi utilizado o roteiro que abrangia os termos preconceito e discriminação e questionava os participantes acerca de suas experiências discriminatórias. Adotou-se o método de interpretação de sentidos, buscando-se apreender o contexto, as razões e as lógicas das falas dos sujeitos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS: O preconceito foi interpretado como algo pertencente ao campo das idéias e possivelmente equivocado, podendo ser tanto positivo quanto negativo. A discriminação foi atribuída ao plano dos comportamentos observáveis e com conotação invariavelmente negativa. A interpretação de um evento como discriminatório foi influenciada por fatores subjetivos, tais como os interesses particulares e o grau de afetividade estabelecido entre os indivíduos. Porém, os limites entre o que foi interpretado como discriminatório ou não dependeu fortemente do contexto específico em que ocorreu a interação entre os sujeitos. Diferentes cenários e, eventualmente, mais do que uma motivação foram simultaneamente apontados nas experiências discriminatórias. Os participantes se reconheceram tanto como vítimas quanto perpetradores de discriminação.

CONCLUSÕES: A interpretação de um evento como discriminatório é complexa e as experiências de discriminação são dificilmente generalizáveis. Quando evidentes, os motivos pelos quais os sujeitos supõem que foram discriminados podem ser múltiplos e estar associados. Tais aspectos devem ser considerados na construção de escalas de discriminação.

DESCRIPTORIOS: Adulto Jovem. Estudantes. Preconceito. Relações Interpessoais. Pesquisa Qualitativa.

^I Programa de Pós-graduação em Epidemiologia. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas, RS, Brasil

^{II} Instituto de Medicina Social. Departamento de Epidemiologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Correspondência | Correspondence:

João Luiz Bastos
R. Marechal Deodoro, 1160, 3º piso – Centro
96020-220 Pelotas, RS, Brasil
E-mail: joao.luiz.epi@gmail.com

ABSTRACT

OBJECTIVE: To understand experiences of discrimination lived by undergraduate students and to analyze their applicability to the construction of a Brazilian discrimination scale.

METHODOLOGICAL PROCEDURES: In a qualitative study five focus groups were conducted with 43 university students from the city of Rio de Janeiro, Southeastern Brazil, in 2008. Students from undergraduate courses with different candidate/place ratios; of both sexes; self-identified as white, mixed or black; and belonging to two public higher education institutions were selected. An interview guide focusing on issues related to “prejudice” and “discrimination” and asking participants about their experiences of discrimination was used. The method of interpretation of meanings was adopted, seeking to understand the context, reasons and logics of participants’ speech.

ANALYSIS OF RESULTS: Prejudice was interpreted as something belonging to the field of ideas, probably equivocated, and which could be either positive or negative. Discrimination was attributed to the field of observable behaviors and with an invariably negative connotation. The interpretation of a discriminatory event as such was influenced by subjective factors, such as personal interests and the level of affectivity established between individuals. However, the limit between what was interpreted as discriminatory or not depended strongly on the specific context in which the interaction among individuals occurred. Different situations and, at times, more than one motivation were simultaneously indicated as regards discriminatory experiences. Participants saw themselves as both victims and perpetrators of discrimination.

CONCLUSIONS: The interpretation of an event as discriminatory involves great complexity and the experiences of discrimination can hardly be generalized. When evident, the reasons for which individuals suppose they have been discriminated against may be multiple and associated with each other. Such aspects must be considered when constructing items for the discrimination scale.

DESCRIPTORS: Young Adult. Students. Prejudice. Interpersonal Relations. Qualitative Research.

INTRODUÇÃO

Apesar de as causas das desigualdades sociais em saúde constituírem objeto de investigação acadêmica e de debates políticos há mais de 150 anos, somente no final do século XX a discriminação passou a ser compreendida como um fator importante na produção de doenças e no acirramento das iniquidades em saúde.¹⁰ Em parte, o estudo das relações entre discriminação e saúde tem sido orientado pela teoria ecossocial,⁸ a qual postula que padrões populacionais de saúde, doença e bem-estar têm suas origens na incorporação de condições materiais e sociais da existência humana, incluindo as variadas formas de discriminação e opressão. Por outro lado, a abordagem biopsicossocial, com maior ênfase sobre o estresse e suas estratégias de enfrentamento, também tem sido utilizada na compreensão dos efeitos patológicos que a discriminação pode acarretar.⁴

Em saúde coletiva, os primeiros trabalhos sobre as experiências de discriminação abordaram em larga medida os comportamentos racistas,¹¹ em detrimento de outras formas de tratamento injusto baseadas, por exemplo, em idéias com conteúdo sexista ou classista, bem como suas possíveis inter-relações.⁸ Particularmente, o racismo e a situação da população negra nos Estados Unidos da América (EUA) foram objeto de várias investigações. Nos EUA, esforços têm sido dirigidos ao desenvolvimento de escalas para medir experiências de discriminação racial,⁹ com a publicação destes instrumentos em periódicos dedicados à resolução de problemas sociais e ao aconselhamento de minorias populacionais. Mais recentemente, o estudo dos efeitos da discriminação sobre as condições e os comportamentos em saúde internacionalizou-se,¹³ bem

^a O termo raça e suas classificações não serão colocados entre aspas, ao longo do texto, apenas para facilitar a leitura. No presente trabalho, tais termos estão sendo entendidos como categorias étnicas, que precisam ser relativizadas e que não representam formas de classificação cientificamente inequívocas, fixas, exaustivas ou excludentes.⁵

como se ampliou a diversidade de formas de discriminação abordadas. Em particular, além dos comportamentos discriminatórios motivados por concepções racistas, o tratamento injusto atribuído a estados de saúde mental, como a esquizofrenia, e à orientação sexual, especialmente a homossexualidade, figuram como formas de discriminação com crescente interesse acadêmico. Contudo, a despeito de haver maior diversidade nos tipos de discriminação abordados, a idéia de que múltiplas formas podem se combinar e ser experimentadas a uma só vez⁸ permanece sendo pouco investigada.

No Brasil, ainda não há registros do desenvolvimento de escalas de discriminação para uso em estudos sobre os determinantes sociais de condições e comportamentos em saúde. Características das relações sociais brasileiras, com suas marcadas diferenças regionais, poderiam sugerir que uma escala com esta finalidade deveria ser desenvolvida para uso exclusivo no País e/ou em alguma de suas regiões e domínios populacionais. No caso da discriminação racial, vários autores, como Telles¹² e Fry⁵ enfatizam importantes diferenças entre o racismo e as dinâmicas sociais do Brasil e dos EUA, apesar de divergirem em suas interpretações acerca do fenômeno no País. Considera-se, por exemplo, que a segregação espacial constitui o principal mecanismo de discriminação racial nos EUA.¹² Este aspecto pode não se aplicar a outros contextos socioculturais e justifica, de acordo com uma abordagem relativista,¹ a construção de um instrumento específico para as condições brasileiras. Por outro lado, caso a iniciativa de construir uma escala de discriminação revele que esta é interpretada no Brasil de maneira semelhante a outros contextos socioculturais, reforçar-se-á a importância de que esforços direcionados à adaptação transcultural de um instrumento sejam empregados futuramente.^{1,7}

O objetivo do presente estudo foi compreender experiências de discriminação vividas por jovens universitários e analisar sua aplicação à construção de escala brasileira de discriminação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudo com abordagem qualitativa, cuja população de referência foi constituída por estudantes de duas universidades de ensino público, uma estadual e outra federal, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, RJ, no segundo semestre letivo de 2008. Tais instituições foram selecionadas por atenderem populações socioeconomicamente distintas e por apresentarem sistemas de ingresso diferenciados. A estadual reserva parte de suas vagas para estudantes de baixa renda e autoclasseificados como pardos ou pretos.

Foram constituídos cinco grupos focais, formados por estudantes selecionados de cursos com distintas relações candidato/vaga, tendo em vista que esta variável poderia afetar a percepção e o relato de diferentes experiências de discriminação. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram abordados em sala de aula, nos centros acadêmicos e nas cantinas ou lanchonetes dos *campi* universitários visitados.

Outro critério para composição dos grupos focais foi a autoclassificação de cor/raça, de acordo com as categorias branca, parda, preta, amarela e indígena, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Previamente à realização de cada grupo, entre 20 e 25 estudantes potencialmente interessados em participar da pesquisa eram solicitados a preencher um formulário com informações de identificação e contato telefônico, além de dados demográficos, como idade, sexo e autoclassificação de cor/raça. De posse destas informações, o pesquisador responsável compôs os grupos com distribuição equilibrada em relação ao sexo e, aproximadamente, 1/3 de autoclassificados brancos, 1/3 de pardos e 1/3 de pretos. Este procedimento foi realizado para que o ambiente de grupo refletisse as características de convívio social desses estudantes e, assim, que manifestações ligadas às experiências discriminatórias fossem necessariamente compartilhadas em meio a indivíduos de ambos os sexos e em diferentes categorias de cor/raça.

Na universidade estadual, foram conduzidos três grupos, cada um deles formados por estudantes de medicina, educação física e ciências sociais. Na universidade federal foram realizados encontros somente com estudantes de medicina e de educação física devido às dificuldades em reunir estudantes de ciências sociais dessa instituição. A transcrição dos registros foi auxiliada pelas anotações de comportamento não-verbal dos participantes, as dinâmicas estabelecidas, entre outras. Foi elaborado um roteiro contendo uma pergunta inicial, que estimulava os participantes a definir o que entendiam por preconceito, discriminação e se identificavam diferenças entre estes dois termos. Esta pergunta era enunciada logo após a apresentação do título e dos propósitos do projeto de pesquisa ao qual o estudo estava vinculado.⁸ Em seguida, os jovens eram questionados acerca de eventuais experiências discriminatórias pelas quais já haviam passado.

Evitou-se dar ênfase a algum tipo particular de discriminação. Isto foi realizado para que as discussões não se polarizassem em torno de um tipo específico de discriminação, permitindo: (a) que indivíduos que desconhecem os motivos pelos quais foram discriminados pudessem expressar-se livremente, não sendo sugestionados pela frequência ou ênfase com que

⁸ Bastos JLD. Desigualdades "raciais" em saúde: medindo a experiência de discriminação auto-relatada no Brasil [projeto de doutorado]. Pelotas: Departamento de Medicina Social da UFPel; 2009.

determinada forma de discriminação fosse referida; e, conseqüentemente, (b) que as diferentes experiências de discriminação fossem acessadas da maneira mais nuançada possível naqueles contextos, possibilitando aos participantes apontar nenhuma, uma ou mais motivações para as ocasiões em que se perceberam discriminados.

Foi utilizado o método de interpretação de sentidos, buscando interpretar o contexto, as razões e as lógicas individuais e sociais dos relatos obtidos.⁶ Foram estabelecidas categorias analíticas no roteiro e também a partir dos depoimentos dos sujeitos. Na trajetória interpretativa, percorreram-se as seguintes etapas: (a) leitura compreensiva das transcrições, visando impregnação, visão de conjunto e apreensão das particularidades do material; (b) identificação e recorte temático dos elementos que emergiram dos depoimentos; (c) identificação e problematização das idéias explícitas e implícitas nos depoimentos; (d) busca de significados mais amplos (socioculturais), subjacentes aos relatos dos sujeitos da pesquisa; (e) elaboração de síntese interpretativa, procurando articular objetivo do estudo e dados empíricos; e (f) diálogo entre as idéias problematizadas e informações provenientes de outros estudos acerca do assunto.

No total, os cinco grupos focais contaram com a participação de 43 universitários, 23 do sexo masculino e 20 do feminino. Dezesete se classificaram brancos, dez como pretos, 12 como pardos, um se autoclassificou amarelo e três não informaram sua cor/raça. A idade dos participantes variou entre 19 e 33 anos e os encontros tiveram duração mínima e máxima de 1h05min e 2h10min, respectivamente. O número de integrantes em cada grupo focal variou entre cinco e 14.

O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A participação foi voluntária e mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. O anonimato dos sujeitos foi preservado, sendo identificados pelas iniciais GF, seguidas de suas posições numéricas no grupo e da identificação dos cursos e universidades (UE e UF identificam estudantes de universidade estadual e federal, respectivamente).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As principais categorias analisadas foram: preconceito e discriminação, fatores que afetam a percepção de discriminação, e cenários e motivos das experiências de discriminação.

Preconceito e discriminação

O preconceito foi concebido como uma idéia geral ou pensamento superficial, previamente estabelecido em relação a algo ou alguém e passível de estar equivocado.

Nos grupos, o preconceito esteve pautado por noções de normas, atuações e regras sociais, que abarcariam avaliações e conclusões inevitáveis (“naturais”) frente à aparência ou comportamento de alguém, num primeiro momento. Os diferentes tipos de preconceito mencionados foram colocados como idéias compartilhadas socialmente ou em seus grupos específicos. Por exemplo, indivíduos de classe social menos abastada poderiam compartilhar preconceitos específicos contra sujeitos de classes sociais mais altas e vice-versa. Também, as idéias consideradas preconceituosas foram naturalizadas, interpretadas como inerentes a todo e qualquer indivíduo. Ao passarem por este processo de naturalização, tais idéias adquiriram um status de humanidade, tornando-se algo do qual os sujeitos não deveriam necessariamente envergonhar-se de ter como, por exemplo:

“Então, eu não tenho problema nenhum em dizer que sou preconceituoso em diversas questões. (...) Mas, assim, sou preconceituoso e acho que, de fato, todo mundo é... Quando pensa em uma parada que não conhece, que você tá pensando no que é, no que não é... É natural que se crie um pré-julgamento, um preconceito... Agora, a questão é como você dialoga depois.” (GF2CSUE)

Em algumas circunstâncias, no entanto, o preconceito foi entendido como sócio-historicamente construído como, por exemplo, no caso do preconceito racial. Um dos participantes do grupo focal com estudantes de ciências sociais da universidade estadual relatou que, após um longo processo de reflexão, estimulado no ambiente universitário, passou a entender o preconceito racial como uma construção social:

“Mas, é lógico que, com o tempo, você vai refletindo sobre isso, até mesmo na universidade, e isso vai passando e você vai vendo que isso é uma construção social. É lógico que é uma questão histórica do negro na escravidão e que, com o passar do tempo, a questão da melanina foi uma questão que fez um recorte social e, automaticamente, os negros são os mais excluídos e, por serem os mais excluídos, são os que têm menor acesso à educação e, automaticamente, uma coisa vai levando à outra e isso acaba levando à margem de pobreza e que a maioria seja negra que vai assaltar... Não é uma questão de melanina e sim uma questão social...” (GF2CSUE)

Por sua vez, a discriminação foi entendida como algo que estaria no plano das ações, dos comportamentos. Os sujeitos compreenderam a discriminação como sendo o resultado, a manifestação concreta de um preconceito – a discriminação seria a ação, enquanto o preconceito seria o pensamento, a idéia. Por ser naturalizado, o preconceito se tornaria de difícil controle, o que poderia não ocorrer com a discriminação. Ao indicarem esta possível relação de progressão e de causa e efeito do preconceito para a discriminação, os sujeitos dos grupos

focais também expressaram preocupação para que este “elo causal” não fosse acionado ou demonstrado perante outros, conforme ilustrado nos seguintes relatos:

“O preconceito é algo de que a gente está sendo impregnado a todo o momento e que exige que a gente esteja sempre se avaliando e reavaliando para poder lidar com ele... A questão é o que vem depois... E, aí, sim que é a problemática, que é a discriminação. Que é você ter uma pré-concepção, não lutar contra ela, não tentar reavaliar o seu conceito e, aí, você cair ou incorrer no erro de discriminar sem tentar dialogar com aquela figura da qual você teve uma pré-concepção, sem antes conhecer.” (GF1CSUE)

“Não interessa se eu gosto ou se eu não gosto, o que eu não posso é demonstrar. (...) Eu tenho preconceito, eu vou falar... Eu tô mentindo se eu falar que não tenho preconceito de um montão de coisas, mas o que eu não posso deixar é aparecer, né?” (GF6MEDUE)

“Eu acho que... Preconceito é a discriminação interna. É a idéia que está em você, por exemplo, enfim... A discriminação é resultado disso, é a ação. Então, a idéia é o preconceito. (...) Eu tenho um conceito de sexualidade e como lidar com a sexualidade e eu não concordo com o homossexualismo. Mas, isso não me dá direito de discriminar um homossexual.” (GF1EFUE)

Os relatos sugerem que a anuência aos preconceitos circulantes na sociedade ocorre de maneira relativamente passiva e inevitável, a exemplo da utilização da palavra “impregnar” em vez de, por exemplo, “aderir”. “Impregnar” tem como sinônimo “absorver”, ao passo que aderir corresponde a “consentir por convicção ou interesse”. Ainda, apesar de os sujeitos reconhecerem a importância social de não discriminar o outro, observou-se que a interação entre eles nos grupos focais ocorreu mediante a manifestação explícita de preconceitos, frequentemente sob a forma de piadas ou brincadeiras.

Nos grupos focais, a discriminação apresentou uma conotação invariavelmente negativa e, dessa forma, decorrente de preconceitos com significados pejorativos. Por outro lado, o preconceito não foi colocado como algo estritamente depreciativo. Em algumas circunstâncias, este poderia ser positivado e transformado em uma espécie de enaltecimento ao sujeito alvo do preconceito. Por exemplo, um estudante relatou sentir-se discriminado ao ser considerado e chamado de *playboy* em algumas circunstâncias. No entanto, este sujeito também reconheceu que algo de positivo poderia ser associado ao fato de morar em uma região socialmente valorizada da cidade, a Barra da Tijuca, e apresentar características fenotípicas (cor branca, olhos claros e cabelo louro, conforme sua própria descrição), que tenderiam a lhe conferir maior status. O caráter

eventualmente positivo do preconceito foi corroborado por outro participante do mesmo grupo focal:

“Para mim, a diferença entre preconceito e discriminação é que o preconceito, ele pode ser uma coisa tanto positiva quanto negativa. Discriminação, não. É sempre negativa. Você pode olhar uma pessoa bem vestida na rua e, sei lá, achar aquela pessoa demais, sensacional... Mas, na verdade, não é aquilo. É uma forma de preconceito. Tem um conceito antes de conhecer aquela pessoa.” (GF4EFUE)

Embora os sujeitos tenham apontado diferenças conceituais importantes entre preconceito e discriminação, os dois termos foram frequentemente utilizados de forma intercambiável nas discussões.

Fatores que afetam a percepção de discriminação

Segundo os sujeitos dos grupos focais, a discriminação pode ter seu caráter negativo amenizado, quando no contexto de uma relação de maior intimidade e afeto entre as pessoas. Nas situações de maior afeto, a manifestação de determinados preconceitos tenderia a ser tolerada, apesar de continuar sendo entendida como discriminatória. Os termos mantêm o sentido de localizar as pessoas em um espectro de tipos de relações e graus de afeto, podendo, portanto, ser reinterpretados ao assumirem formas mais toleráveis em dadas circunstâncias. Ser chamado com um termo bastante pejorativo em “tom de brincadeira”, por exemplo, é algo que pode ser aceito por todos, inclusive por aquele que é alvo do rótulo em questão e que repudia ações discriminatórias. As relações entre os sujeitos dos grupos focais foram, inclusive, mediadas por piadas e brincadeiras com conteúdo preconceituoso, conforme observado nos exemplos a seguir.

“Eu não me preocupo nem um pouco em ser chamado de negão... De repente, nem é a palavra em si... É a forma... É a entonação... Você nota quando o ‘negão’ é dito de forma amigável, de parceria, de amigo, de até intimidade com a pessoa... Que você dá abertura pra pessoa te tratar dessa maneira... E, outra coisa é quando o ‘negão’ é usado para discriminar; descrever você, localizar você...” (GF7CSUE)

“Eu acho que, na amizade, se releva... Mas releva-se e, mesmo assim... Por exemplo, eu tenho um amigo que é judeu e eu tenho raiz árabe... Aí, toda hora no telefone: ‘Ah! Fala aí, judeu... Vou te mandar pro campo [de concentração].’ (...) Da mesma forma que meu amigo diz: ‘E, aí, Laden, vou jogar uma bomba em você...’ Brincando...” (GF3CSUE)

“Se você falar brincando uma coisa, é assim... É a maneira mais sutil de você falar a verdade pra uma pessoa sem magoar ela...” (GF9EFUF)

Entretanto, quando a dinâmica destas relações se modifica, isto é, quebra-se alguma conduta diária,

pré-estabelecida entre pessoas assumidamente diferentes, isso pode ser sinal de que o grau de afetividade entre elas também se modificou. Nestes casos, a percepção dos sujeitos se modifica e os mesmos comportamentos podem ser vistos, a partir de então, como discriminatórios ao ponto de serem rechaçados e inviabilizarem a própria relação. Nos dois casos ilustrados a seguir, a quebra de uma conduta pré-estabelecida entre os sujeitos se daria pela pronúncia de determinados termos de “forma mais rude” do que o usual ou pela manifestação de uma brincadeira em “tom diferente” do esperado. Isto acionaria uma mudança, mesmo que momentânea, no afeto entre os indivíduos e poderia revestir de caráter discriminatório o mesmo comportamento que teria sido aceitável em outras situações.

“Eu sou narigudo. Às vezes eu brinco com isso, a gente brinca com nossos defeitos. Existe de forma saudável isso, a gente leva na boa. (...) E acho que a forma que se coloca. Da mesma forma que, se um amigo meu falar de uma forma mais rude, eu não vou gostar. Mas, é um amigo meu. Depende da forma que se diz.” (GF2EFUE)

“Acho que, quando você é amiga da pessoa, você sabe quando é brincadeira. Você vê que é uma brincadeira. Mas, se você passa a ver, se você descobre, sei lá, que aquele seu amigo realmente tem um preconceito com você, ou seja, se realmente a pessoa acha que as louras são burras, aí, eu... Não consigo entender... (...) Ah! O tom da brincadeira. Mas, aí, você tem um limite. Mas, aí, então, você realmente descobre que aquela pessoa tem aquele preconceito. Aí, magoa muito mais do que um preconceito social, porque aquela pessoa é sua amiga, que você confiava nela... Aí, fica mal.” (GF5MEDUE)

A riqueza destes depoimentos indica que são claros os limites entre o que será ou não interpretado como discriminatório. Porém, tais limites serão dados pelo contexto específico da relação, no exato momento em que os indivíduos estão interagindo e sob a influência das reminiscências das emoções das experiências/interações anteriores. Em outras palavras, os limites existem, são flutuantes e contingentes. Além disso, no contexto efêmero destas relações interpessoais, os comportamentos podem ter uma conotação discriminatória segundo os interesses particulares daqueles que estão interagindo, a forma como termos são emitidos e ações são manifestadas, incluindo a pronúncia de determinados termos como, por exemplo, aqueles considerados politicamente corretos (e.g. “moreno” no lugar de “negro”).

Os universitários, de um modo geral, concordaram que a condição social de pobreza amplia as questões de preconceito e de discriminação. Na maioria dos casos relatados, as relações de poder foram colocadas como mediadoras na transição do preconceito à ação discriminatória, implicando situações de violência, seja física

ou simbólica, contra a dignidade e a cidadania dos indivíduos. Neste sentido, foram relatadas, por exemplo, situações em que a relação de poder estabelecida entre professor e aluno, policial e cidadão comum teria facilitado a manifestação de comportamentos discriminatórios. Dessa forma, a percepção da discriminação foi colocada como um processo especialmente subjetivo e afetivo, além de contextual e inerente à sociedade.

Cenários e motivos das experiências de discriminação

Identificaram-se diversas circunstâncias nas quais os participantes dos grupos focais perceberam-se ou perceberam alguém próximo como alvo de discriminação (Tabela). Houve também situações específicas em que o próprio interlocutor não se reconheceu como discriminado, mas alguém que testemunhou o evento o identificou como tal. As situações relatadas foram frequentemente do tipo “discriminação explícita”, tal como sugerido por Blank et al² (2004) e ocorreram em diferentes cenários; desde escolas, universidades, lojas comerciais, bairros da Zona Norte/Oeste/Sul e subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, até quartéis e outras instituições públicas. Quando houve referência aos perpetradores de discriminação, mencionaram-se indivíduos de diferentes classes sociais, professores, médicos, policiais, instituições militares e instituições de ensino e educação. Os motivos pelos quais os sujeitos supõem que foram discriminados nem sempre foram apontados e, quando o foram, diversas razões emergiram, entre elas: capacidade intelectual, curso de graduação escolhido, ser cotista, não ser elegível para o sistema de cotas, aparência física, local de moradia, vestuário, local de origem, ser inexperiente do ponto de vista profissional, cor/raça (especialmente em relação a brancos e negros), comportar-se de forma a mostrar orientação homossexual.

De modo análogo, alguns termos ou idéias com conteúdo preconceituoso frequentemente acionaram outro conjunto de preconceitos associados à percepção de discriminação. Por exemplo, o termo negro esteve fortemente associado com outras expressões, tais como pobre, mal-vestido, ônibus, ladrão, assalto e medo. O mesmo ocorreu com outras palavras, como segue:

- Professor universitário → velho → careca → impotente → maluco;
- Judeu → avareza → riqueza → esperteza para os negócios;
- Árabe → crime → terrorismo;
- Estudantes do curso de direito → classe social alta → terno e gravata, engravatado;
- Estudantes do curso de engenharia → espinhas no rosto → computador; e

- Estudantes do curso de ciências sociais → cabelos compridos → barba → indivíduos intelectualizados.

Apesar de ter havido consenso entre os sujeitos com relação à idéia de que o preconceito não é algo mensurável e que a discriminação poderia sê-lo enquanto comportamento observável, os sujeitos dos grupos focais mostraram dificuldade em organizar as experiências de discriminação relatadas em uma escala de intensidade. De modo geral, afirmou-se que esta dificuldade decorria das inúmeras questões subjetivas relacionadas às experiências de discriminação. Por fim, os participantes dos grupos focais não se reconheceram apenas como vítimas de discriminação, mas também como eventuais perpetradores de tratamentos discriminatórios, conforme relato a seguir:

"Eu tava indo de ônibus [para a escola] e minha mãe passou a me levar de fusquinha. (...) Eu saí do carro e a galera me olhando sair do carro... (...) Então, automaticamente, eu sofri um preconceito e criei outros preconceitos. (...) Comecei a participar do grêmio, aquela coisa toda e, aí, tinha os moleques que a mãe vinha pegar de carro na porta da escola. Carro novo e tal... E eu ficava zoando: 'Fala playboy!'. E tal... Rotulando pejorativamente. Jogava bolinha de papel, enfim. Criava preconceito e discriminava na via inversa." (GF2CSUE)

De certa forma, isso revela dificuldade de os sujeitos assumirem somente uma posição: ou a de vítima ou a de perpetrador de discriminação. Neste sentido, é possível que experimentar determinados preconceitos e discriminações envolva situações de considerável complexidade, nas quais ser preconceituoso ou discriminador em algum momento (e não somente vítima) faça parte deste processo.

DISCUSSÃO

Conhecer como membros da população-alvo compreendem alguns termos como preconceito e discriminação pode iluminar a possibilidade futura de adaptação transcultural de qualquer instrumento de discriminação, além de auxiliar na confecção de itens de uma nova escala, pois o uso destas palavras se dará mediante um conhecimento mais preciso de como poderão ser interpretadas. Além disso, abordar a complexidade das experiências discriminatórias permite situar criticamente a escala em relação à complexidade do construto que se pretende medir. Em particular, salienta-se que a maior parte das escalas já publicadas não tem enfatizado o caráter contextual, subjetivo, complexo das experiências de discriminação. De fato, além da discriminação, as

escalas têm se proposto a mensurar outros construtos simultaneamente, tais como as estratégias de enfrentamento adotadas frente aos eventos discriminatórios.^a Isso impõe desafios ainda maiores às escalas já existentes, na medida em que a quantificação simultânea de construtos é reconhecidamente mais complexa.¹⁴

Outro aspecto relevante é que os itens que poderão ser derivados do presente estudo serão marcadamente distintos daqueles formulados para outras escalas. Enquanto o presente trabalho enfocou uma população bastante específica, estudos semelhantes^{9,b,c} procuraram diversificar ao máximo o perfil de seus participantes, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto de local de moradia, país de origem, idade, entre outras características. No trabalho de Collado-Proctor^b (1999), por exemplo, tendo em vista que foram incluídos participantes entre 18 e 61 anos, as experiências de discriminação ocorreram consideravelmente mais no ambiente de trabalho. Ainda, grande parte dos eventos discriminatórios foi motivada pelo *status* de imigrante ilegal das vítimas,^b especificamente imigrantes nos EUA, cuja língua materna é o espanhol. A menção às diferenças culturais entre as vítimas e os perpetradores de discriminação também foi notável nestes depoimentos e, em algumas situações, apontadas como motivadoras dos eventos discriminatórios.^b Por sua vez, o estudo de Nuru-Jeter et al⁹ (2009) abordou mães negras norte-americanas e suas experiências de discriminação racial. Os eventos discriminatórios também ocorreram frequentemente no ambiente de trabalho.⁹ Além disso, relatou-se que a discriminação racial foi experimentada em meio a um estado de hiper-vigilância das participantes em relação a elas mesmas e aos seus filhos.⁹ Nenhum destes aspectos encontra paralelo com os resultados da presente investigação.

Por outro lado, ainda que enfocando sujeitos do Rio de Janeiro de baixa renda e faixa etária relativamente mais jovem (18-24 anos), o estudo de Cecchetto & Monteiro³ (2006) revelou aspectos semelhantes das experiências de discriminação em comparação com o que foi encontrado no presente trabalho. Os cenários e as motivações para tais experiências foram similares: em se tratando dos cenários, identificaram-se shopping centers, ruas e outros espaços públicos; já em relação aos motivos, relataram-se local de residência, modo de vestir, cor/raça e classe social, entre outros. Ademais, o sentimento de discriminação ao receber um "olhar diferente", bem como a idéia de que os contatos com a polícia são situações em que a discriminação tende a se manifestar também foram mencionados. Isso indica algo em comum nas experiências de discriminação de jovens

^a Bastos JLD. Desigualdades "raciais" em saúde: medindo a experiência de discriminação auto-relatada no Brasil [projeto de doutorado].

Pelotas: Departamento de Medicina Social da UFPel; 2009.

^b Collado-Proctor SM. The Perceived Racism Scale for Latina/os: a multidimensional assessment of the experience of racism among Latina/os [tese de doutorado]. Durham: Duke University; 1999.

^c Paradies YC. Race, racism, stress and indigenous health [tese de doutorado]. Melbourne: Melbourne University; 2006.

de estratos sociais distintos de uma mesma cidade. Porém, um aspecto que distingue os resultados de ambas as pesquisas foi o fato de o mercado de trabalho ter sido mencionado por Cecchetto & Monteiro³ (2006) como uma área onde a discriminação, especialmente a racial, tende a se manifestar com maior frequência.

Por estarem matriculados em universidades públicas e pertencerem a um estrato social mais elevado, é possível que os sujeitos do presente estudo tenham tido um contato ainda restrito com o mercado de trabalho, de forma a não relatarem experiências de discriminação nesta área com ênfase e frequência semelhantes.

Tabela. Experiências de discriminação que emergiram nos grupos focais.

Tópico da experiência de discriminação	Relato que caracteriza a experiência e características do sujeito
Ser confundido com atendente de loja	<i>"Uma vez, eu estava em uma loja... Tinham várias pessoas... Tinham várias pessoas vestidas como eu... E uma senhora chegou perto de mim e perguntou se eu podia dar uma informação, como se eu fosse da loja... Eu respondi tranquilamente: 'Poderia até dar, mas eu não trabalho aqui, quem trabalha é aquela menina.' Pra mim, não foi preconceito, foi um equívoco. Pro meu pai... Foi preconceito. Ele já achou que fosse questão racial, entendeu? Mas, também depende da pessoa que tá recebendo." (GF5EFUF) (23 anos, sexo feminino, preta)</i>
Ser abordado por profissional de segurança ou pela polícia por ser reconhecido como potencial infrator	<i>"A discriminação é como o caso da escola, que eu fui discriminado. Eu entrei numa feira de ciências na escola do meu primo. Entrei e sentei lá. Daqui a pouco, veio um segurança... E eu tranquilo, na minha... E o segurança, o tempo todo perto de mim... Aí, ele chegou e disse: 'Cara, tá fazendo o que aqui?' Aí, eu comecei a discutir com o cara... 'Ah! Não, isso é preconceito, sei lá o que, sei lá o que, sei lá o que...' 'Não, não é preconceito não, mas é que eu tenho que fazer o meu serviço, sei lá o que...' Aí, eu falei para ele: 'Pô, cara, eu sou universitário, sei lá o que... Pô, eu sou polícia civil e faço direito... Você tá errado...' Aí, eu fui lá para a direção... A direção veio com um papo de igreja... 'Não, porque aqui, ninguém tem preconceito não, a gente é evangélico, sei lá o que...' Aí, fiquei meio assim..." (GF4EFUF) (21 anos, sexo masculino, preto)</i> <i>"É muito fácil falar de preconceito pela cor atinge brancos e negros, mas eu, que namoro um negro... A primeira vez que eu fui parada pela polícia, eu estava com meu namorado... Ele sendo revistado e eu ali, parada, olhando... 'Como assim? Ele está sendo revistado? Nós só estávamos andando na rua...' Isso nunca tinha acontecido antes comigo..." (GF4CSUE) (21 anos, sexo feminino, parda)</i>
Ser considerado intelectualmente incapaz	<i>"O meu pai falou que eu não vou conseguir fazer faculdade. Já falou, às vezes, com vinte e três anos... Porque ele falou que eu não tenho capacidade de passar, pra quê ficar queimando a cabeça tentando vestibular. É horrível. 'Ah! Faz logo uma faculdade particular, não sei o que e...' (GF9EFUF) (19 anos, sexo feminino, branca)</i>
Ser discriminado pelos pais do(a) namorado(a) pela aparência física	<i>"Ele [o pai] é a pessoa mais preconceituosa... Ele acha que, no meu caso... Ele não fecha com meu namorado... Pra ele, meu namorado é negro [sexo masculino, 22 anos, pardo]." (GF9EFUF) (19 anos, sexo feminino, branca)</i>
Ser desvalorizado profissionalmente por causa do curso escolhido	<i>"É... Vou falar da minha parte. O grupo da época do colégio, um escolheu direito, outro engenharia e, pelo fato de eu ter escolhido educação física, estar fazendo educação física, eu escuto muitas gracinhas do tipo: 'Ah... Educação física é só ficar jogando bola, é só ficar brincando, é fácil!'. Só que não é bem assim, né?" (GF3EFUE) (21 anos, sexo feminino, branca)</i> <i>"Me incomoda muito a questão da profissão [educação física] em si, quando, por exemplo, você vai atender um cliente... O cara, sei lá, está com alguma coisa. 'Ah! O meu médico me recomendou isso, não posso fazer isso, não posso fazer aquilo'. Você vai fazer um tipo de intervenção e o cara não leva em consideração aquilo que você tem a expor para ele. Isso me incomoda bastante." (GF4EFUE) (20 anos, sexo masculino, preto)</i>
Ser discriminado pelo professor por ser cotista, logo pobre, beneficiário ou menos capaz que o não-cotista	<i>"(...) Tem 45% de todo o curso são de alunos cotistas e o nosso professor de clínica... Ele é a pessoa mais preconceituosa que eu já conheci na minha vida... Eu não sei... Eu não consigo entender porque, mas a idéia que ele passa pra gente é que ele tem raiva de aluno cotista e acha que todos deveriam sair da universidade... É até de rir... (...) Aqui [na universidade], se a gente deixar, o nosso professor passa por cima da gente... Só que comigo, ninguém tira farinha... Outro dia, a gente quase se enrolou na enfermaria..." (GF6MEDUE) (21 anos, sexo masculino, pardo)</i>

Continua

Tabela continuação

Tópico da experiência de discriminação	Relato que caracteriza a experiência e características do sujeito
	<p>“– Vocês acham que o sistema de cotas, é um sistema que discrimina?” (MODERADOR)</p> <p>– Sim. (GF5EFUE) (22 anos, sexo feminino, branca)</p> <p>– Eu acho que a cota tem... Obrigatoriamente devia... Eu acho que: ‘Ó! A partir de agora, a gente vai melhorar as escolas e colocar cotas. Ai, as escolas estão boas? Tira a cota.’ Só que colocam cotas e as escolas continuam a mesma coisa. Então, a cota vai ficar assim eternamente e as escolas continuam assim eternamente. (GF6EFUE) (21 anos, sexo feminino, branca)</p> <p>– Todos têm direito a um acesso igual. (GF5EFUE) (22 anos, sexo feminino, branca)</p> <p>– É tratar desigualmente aos desiguais. (GF6EFUE) (21 anos, sexo feminino, branca) – É como na prova de 100 metros, deixar o negro lá na frente já nos 50. (GF4EFUE) (20 anos, sexo masculino, preto)”</p> <p>“Eu, pessoalmente, tive muitos problemas em relação às cotas aqui no ano passado, porque eu já tava... Eu fiz vestibular duas vezes... Eu fiz vestibular uma vez, não passei por 26 pessoas na minha frente... Ai, óbvio que eu queria me matar, né... Eu olhava a nota de corte de cotas... Gente do céu... (...) Eu me senti discriminada... Por que que a pessoa que é negra tem direito a uma vaga especial? Ela tem nota menor do que eu...” (GF1MEDUE) (20 anos, sexo feminino, branca)</p> <p>“Porque me incomoda as cotas? Porque aquilo pode facilitar a vida de alguém, quando ninguém facilitou a minha... Eu tive que fazer vestibular... Eu tive que estudar e aquele fulaninho ali não fez...” (GF4CSUE) (21 anos, sexo feminino, parda)</p>
Não ser elegível para cotas	
Ser rotulado como “playboy”	<p>“Uma coisa que eu queria falar sobre a discriminação do branco, a gente acha que só tem com o negro, só. Eu sou louro de olho claro... E branco. Neguinho sempre me tacha como playboy. ‘Ah! Você é playboy!’ Posso estar de chinelo, bermuda e camiseta.” (GF2EFUE) (22 anos, sexo masculino, branco)</p>
Ser olhado de maneira diferente	<p>“– Quando a gente vai nos outros andares e a gente com roupa de ginástica e todo mundo bem arrumado, todo mundo fica olhando assim... (GF10EFUE) (33 anos, sexo feminino, cor/raça não declarada)</p> <p>– Mas olham com inveja. Com inveja! (GF2EFUE) (22 anos, sexo masculino, branco)”</p>
Ser rotulada como de fora, “paraíba”	<p>“Isso é um preconceito. Qualquer pessoa que vem do nordeste, é paraíba! Não necessariamente. Eu fico muito revoltada. Tipo, o meu pai é de Fortaleza e a minha mãe é do Maranhão. Quando chamam eles de paraíba, eu fico pra morrer.” (GF9EFUE) (21 anos, sexo feminino, branca)</p>
Ser discriminado pelo paciente em função de não ter experiência profissional, ser jovem	<p>“Igual um dia a gente estava no ambulatório da... Ai, o pessoal me deu a ficha... Ai, fui lá e chamei um senhor... Ele entrou, aí ele viu eu e um amigo. Ai, ele falou assim: ‘É acadêmico?’ E me deu aquela vontade de mandar ele embora...” (GF6MEDUE) (21 anos, sexo masculino, pardo)</p>
Ser do interior do país e falar com sotaque acentuado, distinto das metrópoles	<p>“Eu morava no interior de São Paulo, quando eu cheguei aqui no Rio. Nossa, direto, fala interior de São Paulo, interior... Interiorzão. ‘Já chegou CD lá? Tem cinema? Tá passando o que lá? Lagoa Azul, ainda?’” (GF1MEDUE) (21 anos, sexo feminino, branca)</p>
Ser considerado homossexual pela forma como se comporta e pela aparência física	<p>“Eu sempre gostei de sair pra dançar, sambar... Ai, o pessoal olhava e... Magro, dança, rebola em público... É veado... As namoradas chegavam no ambiente, me abraçavam... Ai, as pessoas chegavam... ‘Pô, meu irmão, pensei que tu era veado...’ Ai, você começa a ver como o teu jeito de vestir, de falar, de andar, tudo tem um jeito de... E sofre julgamento o tempo todo...” (GF3CSUE) (21 anos, sexo masculino, branco)</p>
Sentir-se discriminado por ter que declarar sua orientação sexual no alistamento militar	<p>“Nessa parte do serviço militar, é complicado... Você ter que responder na frente de mais de oitenta homens a pergunta se você já fez sexo com outro homem.” (GF1CSUE) (22 anos, sexo masculino, pardo)</p>
Ser excluída de algumas interações sociais com sua turma, com base não somente na dimensão socioeconômica, mas também na idéia de “raça”, local de origem e local de moradia	<p>“Mas, aí, no ano seguinte, veio uma menina, não sei da onde... E ela se preocupava com isso porque, além dela ser negra, ela morava numa comunidade que não era o que as pessoas queriam dentro da turma... Então, pra ela, era pior ainda, porque, além dela ter vindo de outro Estado, ela era negra e ela ainda tinha o poder aquisitivo baixíssimo e pra ela... Ela sim que se excluía, ninguém excluía ela, ela se excluía, porque ela se achava menor. A gente chamava ela, não lembro o nome dela... E ela se excluía de tudo. Trabalho dentro do curso... Tudo ela se excluía. (...) Tinha festas, ela dizia que não ia... ‘Eu não vou me misturar... Porque eu não tenho carro pra chegar lá... Eu não tenho roupa pra ir pra lá... Porque eu não tenho...’ Ninguém tava preocupado com isso...” (GF2MEDUE) (21 anos, sexo feminino, parda)</p>

Observa-se que nenhuma das escalas de discriminação racial revisadas^a procurou identificar o respondente como potencial perpetrador de atos discriminatórios. Isto contrasta com o que foi verificado no presente estudo, uma vez que os sujeitos também se reconheceram como agentes discriminadores em algumas ocasiões. A idéia de identificar os sujeitos não só como vítimas, mas também como potenciais perpetradores de discriminação já havia sido antecipada por Smith^b (2002) e deveria ser considerada dentro de uma perspectiva mais abrangente sobre as experiências de discriminação. É possível que o ato de discriminar o outro também apresente repercussões para o estado de saúde dos indivíduos e, assim, abre-se a possibilidade para que as escalas abordem ambos os aspectos das experiências discriminatórias.

Ainda, as escalas já publicadas^a freqüentemente assumiram que os respondentes seriam capazes de distinguir e apontar o (único) motivo pelo qual supõem que foram discriminados. Os resultados da presente pesquisa sugerem que, quando evidentes, os motivos pelos quais os sujeitos supõem que foram discriminados podem ser múltiplos e estar associados. Resultado semelhante foi observado na pesquisa de Cecchetto & Monteiro³ (2006), em que os jovens também relataram a experiência de múltiplas discriminações. Cabe, portanto, debater as vantagens e desvantagens de se procurar medir apenas um tipo particular de discriminação, como algumas escalas têm se proposto. Possivelmente, medir apenas a discriminação racial, por exemplo, implica uma redução metodológica de considerável monta no que se refere à riqueza das experiências discriminatórias e isto tem, potencialmente, impacto direto sobre os resultados observados. Finalmente, há evidências de que os efeitos das experiências de discriminação sobre as condições de saúde estão mais ligados à percepção genérica de tratamento discriminatório do que à suposta motivação para tal evento.¹³ Recentemente, foi sugerido que as diferentes formas de discriminação tendem a ser igualmente patogênicas, independentemente se do tipo racial, de gênero ou de classe,¹¹ mas com potencial de serem ainda mais danosas à saúde quando experimentadas simultaneamente.^c

CONCLUSÕES

Tendo em vista o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de itens para uma escala brasileira de aferição das experiências de discriminação, uma análise destes resultados aponta nas seguintes direções:

- caso os itens da escala incluam o termo discriminação em suas formulações, esperar-se-á que os membros desta população específica tendam a associá-lo à idéia de um comportamento observável, com caráter negativo;
- fatores complexos afetam a percepção de discriminação. Portanto, a riqueza das experiências de discriminação dificilmente será captada em sua totalidade por uma escala, independentemente da forma e do número de itens que este instrumento apresentar. Isto ocorrerá especialmente porque as experiências de discriminação são marcadas por um contexto particular e tomadas por subjetividade;
- os itens para uma escala de experiências de discriminação poderão ser derivados dos depoimentos organizados na Tabela, tendo em vista sua recorrência nos grupos;
- os motivos pelos quais os participantes supõem que foram discriminados podem ser múltiplos e estar associados.³ Dessa forma, a futura escala deverá permitir que mais de uma motivação seja apontada para determinada experiência discriminatória;
- no contato com os participantes dos grupos focais, não foi possível chegar a um consenso quanto à possibilidade de organizar as diferentes experiências de discriminação em um gradiente de intensidade. Este aspecto dificulta a construção imediata de um mapa do construto, tal como está recomendado na literatura¹⁴ e teorizado no caso da discriminação racial;² e
- os participantes também se reconheceram como perpetradores de discriminação. Dado que este tipo de comportamento pode ser igualmente danoso à saúde, futuras escalas e suas adaptações poderão questionar seus respondentes acerca de situações nas quais estes produziram discriminação.

AGRADECIMENTOS

Aos pesquisadores Romeu Gomes, Elaine Ferreira do Nascimento e Lúcia Emília Figueiredo de Sousa Rebello, do Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, pela contribuição no planejamento dos grupos focais e na condução do trabalho de campo. Aos pesquisadores Ricardo Ventura Santos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, Simone Souza Monteiro do Instituto Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz e Alba Maria Zaluar do Instituto de Medicina Social da Universidade

^a Bastos JLD. Desigualdades "raciais" em saúde: medindo a experiência de discriminação auto-relatada no Brasil [projeto de doutorado].

Pelotas: Departamento de Medicina Social da UFPel; 2009.

^b Smith TW. Measuring racial and ethnic discrimination. Chicago: National Opinion Research Center; 2002.

^c Frykman J. Discrimination - a threat to public health. Final report. Health and Discrimination Project. Stockholm: National Institute of Public Health; 2006.

do Estado do Rio de Janeiro pelas sugestões ao projeto que originou este trabalho. Ao pesquisador Fernando Ferreira Pinto de Freitas (Instituto de Psicologia,

Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e sua equipe pelo apoio intelectual e logístico na realização dos grupos focais.

REFERÊNCIAS

1. Berry JW, Poortinga YH, Segall MH, Dasen PR. Cross-cultural psychology: research and applications. New York: Cambridge University Press; 2007.
2. Blank RM, Dabady M, Citro CF. Measuring racial discrimination: panel on methods for assessing discrimination. Washington: The National Academies Press; 2004.
3. Cecchetto F, Monteiro S. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): a perspectiva masculina. *Rev Estud Fem*. 2006;14(1):199-218. DOI:10.1590/S0104-026X2006000100011
4. Clark R, Anderson NB, Clark VR, Williams DR. Racism as a stressor for African Americans: a biopsychosocial model. *Am Psychol*. 1999;54(10):805-16. DOI:10.1037/0003-066X.54.10.805
5. Fry PH. A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2005.
6. Gomes R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: Minayo MCS, organizador. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes; 2007. p.79-108.
7. Herdman M, Fox-Rushby J, Badia X. A model of equivalence in the cultural adaptation of HRQoL instruments: the universalist approach. *Qual Life Res*. 1998;7(4):323-35. DOI:10.1023/A:1008846618880
8. Krieger N. Discrimination and health. In: Berkman LF, Kawachi I, editors. Social epidemiology. New York: Oxford University Press; 2000. p.36-75.
9. Nuru-Jeter A, Dominguez TP, Hammond WP, Leu J, Skaff M, Egerter S, et al. "It's the skin you're in": African-American women talk about their experiences of racism. an exploratory study to develop measures of racism for birth outcome studies. *Matern Child Health J*. 2009;13(1):29-39. DOI:10.1007/s10995-008-0357-x
10. Paradies YC, Williams DR. Racism and health. In: Hegggenhougen K, Quah S, editors. International Encyclopedia of Public Health. San Diego: Academic Press; 2008. p.474-82.
11. Pascoe EA, Smart Richman L. Perceived discrimination and health: a meta-analytic review. *Psychol Bull*. 2009;135(4):531-54. DOI:10.1037/a0016059
12. Telles EE. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2003.
13. Williams DR, Mohammed SA. Discrimination and racial disparities in health: evidence and needed research. *J Behav Med*. 2009;32(1):20-47. DOI:10.1007/s10865-008-9185-0
14. Wilson M. Constructing measures: an item response modeling approach. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates; 2005.

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ-Processo nº: E-26/110.315/2007).

Artigo baseado na tese de doutorado de Bastos JL, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas, em 2010.

Bastos JL foi apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (bolsa de doutorado).